



Passarinho e Kandir falaram sobre o Projeto para a bancada governista no Senado

Fórum inicia com política salarial

Andrei Meileres

Precedida de gestos de boas intenções de parte a parte, o governo e as oposições iniciam na próxima semana a primeira grande negociação do chamado Fórum de Debates em torno justamente da questão que mais os dividiu desde o início da administração do presidente Fernando Collor: a política salarial. Até a próxima segunda-feira, o governo enviará ao Congresso projeto de lei para tramitar em caráter de urgência propondo regras para a livre negociação dos salários. Por sua vez, as oposições insistem na definição de uma política que preserve o poder aquisitivo dos salários mais baixos. Será o primeiro teste para o Fórum, instalado com pompa, mas que, na prática, tem reproduzido o tradicional método de tomada de decisões através dos colégios de líderes da Câmara e do Senado.

A proposta de um amplo entendimento político entre o governo, os partidos e as entidades representativas da sociedade foi substituída pela negociação tópico a tópi-

co da pauta de votação do Congresso Nacional. Na terça-feira à noite, uma ampla pauta foi acertada entre as lideranças de todos os partidos na Câmara, adotando, como critério, que, a cada semana, seriam definidas entre as propostas relacionadas as que seriam prioritárias para a negociação e votação. Hoje, por proposta do senador Humberto Lucena, líder do PMDB, as lideranças no Senado devem, também, discutir uma pauta própria de votação, o que descaracterizaria ainda mais o projeto original para o funcionamento do Fórum.

Pauta

“Este início tem sido realmente difícil. E continuará assim até que se defina claramente como deve funcionar o Fórum. Os entendimentos de procedimento, como o acordo em torno da pauta, são preliminares para que o Fórum possa funcionar plenamente”, justifica o deputado Ubiratan Aguiar, vice-líder do PMDB. As lideranças dos partidos consideram que, devido às circunstâncias, não deve ser enten-

dida como uma exclusão a não participação dos representantes da sociedade civil na elaboração da pauta de negociação do Fórum. Elas serão, garantem líderes governistas e de oposição, convidadas para o debate em torno do conteúdo das propostas a serem examinadas pelo Congresso Nacional.

O governo promete enviar até a próxima segunda-feira seu projeto de regulamentação das relações entre capital e trabalho, manifestando a expectativa dele ser aprovado até o final do mês, para o presidente Collor sancioná-lo no dia 1º de maio. Na próxima semana, dirigentes de entidades de patrões e empregados já serão chamados pelo Congresso Nacional para debater proposta do governo. Hoje, pela manhã, no gabinete da liderança do PMDB na Câmara, os líderes voltam a se reunir para a definição de outras prioridades, entre os 19 pontos da pauta, que se somarão à política salarial e ao plano de custeio e benefícios da Previdência Social, a serem negociadas e votadas ainda este mês.